



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**(*) PAUTA PREVISTA PARA:
18 A 22 DE SETEMBRO DE 2017
(Sujeita a alterações)**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
Coordenação de Apoio ao Plenário
Telefones: (0xx61) 3216-1144 / 1145 / 1146**

(*) Republicada em 18/09/17, em virtude de alteração.

**18/09/2017
(SEGUNDA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 10 HORAS)**

HOMENAGEM AOS SETENTA ANOS DA IGREJA EVANGÉLICA PENTECOSTAL – IEPTO

**18/09/2017
(SEGUNDA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL
NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL
(ÀS 10 HORAS)**

**DESTINADA A COMEMORAR OS 45 ANOS DA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS
DOBRASIL - AJUFE**

**18/09/2017
(SEGUNDA-FEIRA)**

**SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 14 HORAS)**

**19/09/2017
(TERÇA-FEIRA)**

**1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

ORDEM DO DIA

**MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS
(Art. 202 c/c art. 191 do Regimento Interno)**

Votação

**ITEM ÚNICO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77-E, DE 2003
(DO SR. MARCELO CASTRO E OUTROS)**

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-E, de 2003, que suprime o § 5º do art. 14 e dá nova redação ao § 1º do art. 27, ao caput do art.

28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, aos §§ 1º e 2º do art. 46 e ao caput do art. 82, para pôr fim à reeleição majoritária, determinar a simultaneidade das eleições e a duração de cinco anos dos mandatos para os cargos eletivos, nos níveis federal, estadual e municipal, nos Poderes Executivo e Legislativo; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade, com emenda, e pela inadmissibilidade do art. 1º, enquanto apensada à PEC nº 142/95 (Relator: Dep. João Paulo Cunha); e da Comissão Especial, pela admissibilidade das Emendas de nºs 1 e 2, de 2017; e, no mérito, pela aprovação desta e da Emenda de nº 1/17, com substitutivo, e pela rejeição da de nº 327/17, apensada, e da Emenda de nº 2/17 (Relator: Dep. Vicente Candido). **(NT 62 e NT 64)**

Tendo apensada a PEC nº 327/17.

**19/09/2017
(TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS E 5 MINUTOS)**

**HOMENAGEM AOS TRINTA E CINCO ANOS DE FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA**

**19/09/2017
(TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL
NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL
(ÀS 11 HORAS)**

DESTINADA A COMEMORAR OS 45 ANOS DE FUNDAÇÃO DA REDE AMAZÔNICA

**19/09/2017
(TERÇA-FEIRA)**

**2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(APÓS A 1ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA)**

ORDEM DO DIA

**MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS
(Art. 202 c/c art. 191 do Regimento Interno)**

Votação

ITEM ÚNICO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77-E, DE 2003 (DO SR. MARCELO CASTRO E OUTROS)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-E, de 2003, que suprime o § 5º do art. 14 e dá nova redação ao § 1º do art. 27, ao caput do art. 28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, aos §§ 1º e 2º do art. 46 e ao caput do art. 82, para pôr **fim à reeleição majoritária, determinar a simultaneidade das eleições e a duração de cinco anos dos mandatos para os cargos eletivos, nos níveis federal, estadual e municipal, nos Poderes Executivo e Legislativo**; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade, com emenda, e pela inadmissibilidade do art. 1º, enquanto apensada à PEC nº 142/95 (Relator: Dep. João Paulo Cunha); e da Comissão Especial, pela admissibilidade das Emendas de nºs 1 e 2, de 2017; e, no mérito, pela aprovação desta e da Emenda de nº 1/17, com substitutivo, e pela rejeição da de nº 327/17, apensada, e da Emenda de nº 2/17 (Relator: Dep. Vicente Candido). **(NT 62 e NT 64)**

Tendo apensada a PEC nº 327/17.

**20/09/2017
(QUARTA-FEIRA)**

**1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

ORDEM DO DIA

PROPOSIÇÕES REMANESCENTES DO DIA ANTERIOR

E

MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS
(Art. 202 c/c art. 191 do Regimento Interno)

Votação

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 282-C, DE 2016 (DO SENADO FEDERAL)

Continuação da Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº Nº 282-C, de 2016, que altera a Constituição Federal para **vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos; e estabelece normas de transição**; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta e das de nºs 22/15 e 84/11, apensadas (Relator: Dep. Betinho Gomes); e da Comissão Especial, pela admissibilidade das Emendas apresentadas de nºs 1 a 12 e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 3, 4, 7, 8 e 11, com substitutivo; e pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição de nºs 84/11 e 22/15, apensadas, e das Emendas de nºs 1, 2, 5, 6, 9, 10 e 12 (Relatora: Dep. Shéridan). **(NT 62 e NT 64)**

Tendo apensadas (2) as PECs nºs 84/11 e 22/15.

**20/09/2017
(QUARTA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 11 HORAS)**

ENTREGA DO PRÊMIO BRASIL MAIS INCLUSÃO

**20/09/2017
(QUARTA-FEIRA)**

**2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(APÓS A 1ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA)**

ORDEM DO DIA

PROPOSIÇÕES REMANESCENTES DA SESSÃO ANTERIOR

**21/09/2017
(QUINTA-FEIRA)**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

ORDEM DO DIA

PROPOSIÇÕES REMANESCENTES DO DIA ANTERIOR

E

MATÉRIA SOBRE A MESA

- I. Requerimento nº 7.427/10, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 7.291, de 2006, do Senado Federal, que dispõe sobre o registro dos circos perante o Poder Público Federal e o emprego de animais da fauna silvestre brasileira e exótica na atividade circense. (T 62 e T 64)
MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO**
- II. Requerimento nº 10.776/14, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.681, de 1999, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que regula o exercício da Profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras Providências. (T 62 e T 64)
MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO**

III. **Requerimento nº 3.986/16**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 1.202, de 2007**, do Sr. Carlos Zarattini, que **disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal**, e dá outras providências. (T 62 e T 64)

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

IV. **Requerimento nº 4.990/16**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 5.130, de 2016**, do Sr. João Arruda, que acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. (**Propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção**) (NT 62 e T 64)

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

V. **Requerimento nº 5.715/16**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 5.452, de 2016**, do Senado Federal, que acrescenta os arts. 218-C e 225-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), **para tipificar o crime de divulgação de cena de estupro e prever causa de aumento de pena para o crime de estupro cometido por duas ou mais pessoas**. (NT 62 T 64)

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

VI. **Requerimento nº 5.906/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 6.889, de 2017**, do Sr. Giacobbo, que acrescenta os artigos 5-A, 5-B e incisos I e II à Lei nº 9,696, de 1 de setembro de 1998. (**Trata de competência do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Educação Física**). (T 62 e T 64)

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

VII. **Requerimento nº 6.045/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 4.614, de 2016**, da Sra. Luizianne Lins, que **altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres**. (NT 62 e T 64)

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

VIII. **Requerimento nº 6.344/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 6.989, de 2017**, do Sr. Odorico Monteiro, que **altera o Marco Civil da Internet, Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet**. (NT 62 e T 64).

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

IX. **Requerimento nº 6.356/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 6.917, de 2017**, do Sr. Aureo, que **dispõe sobre a criação do Cartão Digital de Vacinação - CDV**. (T 62 e T 64).

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

X. **Requerimento nº 6.361/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 3.063, de 2008**, do Sr. Edio Lopes, que altera a redação do art. 282, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **(Agrava a pena para quem praticar e quem empregar alguém para o exercício ilegal da profissão de médico, dentista e farmacêutico; aumenta a pena em caso de crime praticado com fins de lucro, se for aplicado procedimento invasivo ou caso seja receitado, ministrado ou aplicado medicamentos de prescrição controlada).** (NT 62 e T 64).

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

XI. **Requerimento nº 6.429/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 6.737, de 2016**, do Sr. Nelson Pellegrino, que altera a Lei nº 7.102, de 20 junho de 1983, **para determinar que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que colocarem a disposição do público caixas eletrônicos, instalem equipamentos que inutilizem as cédulas de moeda corrente depositadas no interior das máquinas em caso de arrombamento, movimento brusco, alta temperatura, e dá outras providências.** (T 62 e T 64).

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

XII. **Requerimento nº 6.460/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 6.699-A, de 2002**, do Sr. José Carlos Coutinho, que modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências. **(Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo)** (NT 62 e T 64).

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

XIII. **Requerimento nº 6.745/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 3.796, de 2004**, da Sra. Laura Carneiro, **que dispõe sobre a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o LES - Lupus Eritematoso Sistêmico, e dá providências correlatas.** (T 62 e T 64).

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

XIV. **Requerimento nº 6.768/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 843, de 2007**, do Sr. Daniel Almeida, **que altera o art.453 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer do colo de útero, de câncer da mama ou de câncer da próstata.** (T 62 e T 64).

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

XV. **Requerimento nº 6.772/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei Complementar nº 270, de 2016**, do Senado Federal, que **acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a aplicação de sanções a Município que ultrapasse o limite para a despesa total com pessoal nos casos de queda de receita que especifica.** (NT 62 e T 64).

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

XVI. **Requerimento nº 7.073/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 8.327, de 2017**, do Poder Executivo, que **dispõe sobre a certificação das**

entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, de que trata o art. 4º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dá outras providências. (T 62 e T 64).

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

XVII. Requerimento nº 5.376/16, do Sr. Carlos Andrade, que requer a instalação de Comissão Externa destinada a acompanhar o fluxo crescente de imigrantes venezuelanos que vem ocorrendo no estado de Roraima.

URGÊNCIA

(Art. 62, § 6º da Constituição Federal)

Votação

1

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 780, DE 2017
(DO PODER EXECUTIVO)**

Continuação da votação, em turno único, da Medida Provisória nº 780, de 2017, que institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências; tendo parecer da Comissão Mista pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta com as alterações propostas pelo relator; pela aprovação das Emendas de nºs 2 e 3; e pela aprovação parcial das Emendas de nºs 10, 22, 31, 33 e 39, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2017, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1, 4 a 9, 11 a 21, 23 a 28, 32, 34 a 37, 40 a 55. As Emendas de nºs 29, 30 e 38 foram retiradas. (Relator Sen. Wilder Moraes e Relator-Revisor Dep. Alfredo Kaefer).

PRAZO NA CÂMARA: 18/06/2017

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 06/07/2017

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 03/08/2017

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 02/10/2017

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12)

Discussão

2

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 781, DE 2017
(DO PODER EXECUTIVO)**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 781, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre a transferência de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para permitir que os servidores que menciona prestem serviços, em caráter excepcional e voluntário, à Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências, tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e pela aprovação integral das Emendas de nºs 7, 10, 17 e 19; pela aprovação parcial das Emendas de nºs 3, 15 e 18, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2017, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1, 2, 4 a 6, 8, 9, 11 a 14, 16, 20 e 21 (Relator Dep. Victor Mendes).

PRAZO NA CÂMARA: 19/06/2017

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 07/07/2017

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 04/08/2017

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 03/10/2017

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

3

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 783, DE 2017
(DO PODER EXECUTIVO)**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 783, de 2017, que **institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 6, 11 a 13, 16, 24, 28, 32, 41, 54, 67, 69, 76, 84, 86, 102, 106, 113, 115, 117, 133, 136, 139, 151, 153, 172, 175, 185, 187, 196, 205, 207, 211, 222, 242, 244, 256, 264, 265, 277, 280 e 305; pelo acolhimento parcial das Emendas de nºs 116, 129, 135, 137, 167, 195, 281 e 306, na forma Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2017, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 5, 7 a 10, 14, 15, 17 a 23, 25 a 27, 29 a 31, 33 a 40, 42 a 53, 55 a 66, 68, 70 a 75, 77 a 83, 85, 87 a 90, 92 a 101, 103 a 105, 107 a 112, 114, 118 a 128, 130 a 132, 134, 138, 140 a 150, 152, 154 a 166, 168 a 171, 173, 174, 176 a 184, 186, 188 a 194, 197 a 204, 206, 208 a 210, 212 a 221, 223 a 241, 243, 245 a 255, 257 a 263, 266 a 276, 278, 279, 282 a 304, e 307 a 309. A emenda de nº 91 foi retirada pelo autor. (Relator: Dep. Newton Cardoso Jr e Relator-Revisor: Sen. Ataídes Oliveira).

PRAZO NA CÂMARA: 27/06/2017

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 15/07/2017

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 12/08/2017

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 11/10/2017

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

TEXTO ORIGINAL FOI ALTERADO PELA EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 798, DE 2017.

URGÊNCIA

(Art. 64, §2º, da Constituição Federal c/c art. 204, I, do Regimento Interno)

Discussão

4

**PROJETO DE LEI Nº 8.107-A, DE 2017
(DO PODER EXECUTIVO)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 8.107-A, de 2017, que **altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará**. Pendente de parecer da Comissão Especial. (T 62 e T 64)

SOBRESTA A PAUTA A PARTIR DE: 11/09/2017 (46º dia)

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

URGÊNCIA

(Art. 155 do Regimento Interno)

Discussão

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 190-B, DE 2001 (DA SRA. NAIR XAVIER LOBO)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 190-B, de 2001, **que suprime o art. 105 do Regimento Interno, que trata do arquivamento das proposições ao final da legislatura**; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos de nºs 100/03, 229/05, 5/07, 232/10, 234/10, 10/11 e 30/11, apensados, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e dos de nºs 70/03, 176/04, 295/06, 84/07, 1/11, 48/11, 191/13 e 240/14, apensados (Relator: Dep. Luiz Couto); e da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, pela aprovação, dos de nºs 229/05, 5/07, 232/10, 234/10, 10/11, 30/11 e 100/03, apensados, com substitutivo, e pela rejeição deste e dos de nºs 176/04, 295/06, 84/07, 1/11, 70/03, 240/14, 191/13 e 48/11, apensados (Relator: Dep. Waldir Maranhão). **(NT 62 e NT 64)**

Tendo apensados (20) os PRCs nºs 70/03, 100/03, 176/04, 229/05, 295/06, 5/07, 84/07, 232/10, 234/10, 1/11, 10/11, 30/11, 48/11, 191/13, 240/14, 95/15, 113/15, 115/16, 230/17 e 241/17.

APROVADO O RQU Nº 6.150/17, EM 06/06/17.

6

PROJETO DE LEI Nº 333-E, DE 1999 (DO SR. ANTÔNIO KANDIR)

Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 333-B, de 1999, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, **que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**; tendo pareceres: da Comissão de Defesa do Consumidor, pela aprovação (Relator: Dep. Paulo Lima); da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (Relator: Dep. Léo Alcântara); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado (Relator: Dep. Paulo Magalhães). **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU, EM 14/12/00.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

7

PROJETO DE LEI Nº 4.742-A, DE 2001 (DO SR. MARCOS DE JESUS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.742-A, de 2001, que introduz art. 146-A no Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, **dispondo sobre o crime de assédio moral no trabalho**; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do de nº 4.960/01, apensado, com substitutivo (Relator: Dep. Aldir Cabral). **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (6) os PLs nºs. 4.960/01, 5.887/01, 5.971/01, 3.368/15, 5.503/16 e 7.461/17.

APROVADO O RQU Nº 4.109/16, EM 22/03/16.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

8

PROJETO DE LEI Nº 466-B, DE 2015

(DO SR. RICARDO IZAR)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 466-B, de 2015, que dispõe sobre a **adoção de medidas que assegurem a circulação segura de animais silvestres no território nacional, com a redução de acidentes envolvendo pessoas e animais nas estradas, rodovias e ferrovias brasileiras**; tendo parecer: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do de nº 935/15, apensado (Relator: Dep. Laudívio Carvalho); e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição dos de nºs 935/15 e 5.168/16, apensados (relator: Dep. Max Filho). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

Tendo apensados (2) os PLs nº 935/15 e 5.168/16.

APROVADO O RQU Nº 1.135/15, EM 22/03/16.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

9

PROJETO DE LEI Nº 5.271-C, DE 2016

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.271-C, de 2016, que **cria a Universidade Federal de Catalão, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás**; tendo parecer: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Daniel Vilela); da Comissão de Educação, pela aprovação (Relator: Dep. Daniel Vilela); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Fábio Sousa). Pendente de parecer da Comissão de Finanças e Tributação. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 4.622/16, EM 08/06/16.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

10

PROJETO DE LEI Nº 5.273-C, DE 2016

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.273-C, de 2016, que **cria a Universidade Federal do Rondonópolis, por desmembramento de campus da Universidade Federal de Mato Grosso**; tendo parecer: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com emenda (Relator: Dep. Capitão Augusto); da Comissão de Educação, pela aprovação (Relator: Dep. Sâguas Moraes); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Carlos Bezerra). Pendente de parecer da Comissão de Finanças e Tributação. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 4.481/16, EM 08/06/16.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

11

PROJETO DE LEI Nº 5.275-C, DE 2016

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.275-C, de 2016, que **cria a Universidade Federal de Jataí, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás**; tendo parecer: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Daniel Vilela); da Comissão de Educação, pela aprovação (Relator: Dep. Daniel Vilela); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Lucas Vergílio). Pendente de parecer da Comissão de Finanças e Tributação. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 4.623/16, EM 08/06/16.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

PROJETO DE LEI N.º 347-A, DE 2003

(DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR O TRÁFICO ILEGAL DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES DA FAUNA E FLORA BRASILEIRAS" - CPITRAFI)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 347-A, de 2003, que Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; tendo parecer: da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação, com emenda (Relator: Dep. Fernando Gabeira); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição dos de nºs 1.090/03, 3.240/04 e 4.184/04, apensados (Relator: Dep. Marcelo Ortiz). **(Tipifica como crime a comercialização de peixe ornamental e a venda, exportação, aquisição e guarda de espécimes da fauna silvestre quando praticado de forma permanente, em grande escala, em caráter nacional ou internacional, aumenta a pena quando houver tentativa de evitar o flagrante dentre outros). (NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (15) os PLs nºs 1.090/03, 3.240/04, 4.184/04, 2.854/08, 3.768/08, 7.427/10, 1.100/11, 3.710/12, 4.331/12, 1.359/15, 5.762/16, 6.600/16, 7.156/17, 7.497/17 e 8.062/17.

APROVADO O RQU Nº 5.652/16, EM 06/12/16.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 7.419-A, DE 2006

(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.419-A, de 2006, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Pendente de parecer da Comissão Especial. **(Dispõe sobre a cobertura de despesas de acompanhante de menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (146) os PLs nºs 4.076/01, 4.078/01, 4.367/01, 4.469/01, 4.570/01, 4.844/01, 7.267/02, 7.389/02, 71/03, 156/03, 311/03, 1.349/03, 1.603/03, 1.777/03, 2.474/03, 2.934/04, 3.058/04, 3.088/04, 3.247/04, 3.362/04, 3.708/04, 3.940/04, 4.075/04, 4.164/04, 4.632/04, 6.125/05, 6.510/06, 6.849/06, 7.128/06, 7.340/06, 7.600/06, 582/07, 590/07, 664/07, 756/07, 1.220/07, 1.942/07, 2.901/08, 3.473/08, 4.016/08, 4.393/08, 5.024/09, 5.143/09, 5.730/09, 6.483/09, 6.677/09, 6.821/10, 7.590/10, 7.594/10, 7.762/10, 8.048/10, 394/11, 657/11, 805/11, 1.076/11, 1.147/11, 1.431/11, 1.647/11, 1.677/11, 1.763/11, 2.066/11, 2.328/11, 2.538/11, 2.645/11, 2.734/11, 2.981/11, 2.982/11, 3.087/12, 3.285/12, 3.346/12, 3.675/12, 3.949/12, 4.036/12, 4.077/12, 4.201/12, 4.402/12, 4.726/12, 4.990/13, 5.152/13, 5.715/13, 5.912/13, 5.963/13, 6.067/13, 6.436/13, 6.714/13, 6.715/13, 6.819/13, 7.111/14, 7.142/14, 7.694/14, 7.844/14, 7.914/14, 69/15, 121/15, 176/15, 1.039/15, 1.272/15, 1.564/15, 1.948/15, 1.992/15, 2.128/15, 2.274/15, 2.295/15, 2.344/15, 2.504/15, 2.582/15, 2.608/15, 2.949/15, 3.223/15, 4.043/15, 4.097/15, 4.113/15, 4.294/16, 4.404/16, 4.477/16, 4.478/16, 4.485/16, 4.644/16, 4.729/16, 4.748/16, 4.787/16, 5.069/16, 5.113/16, 5.126/16, 5.191/16, 5.286/16, 5.532/16, 5.622/16, 5.779/16, 5.910/16, 6.033/16, 6.175/16, 6.455/16, 6.941/17, 6.948/17, 7.175/17, 7.501/17, 7.589/17, 7.675/17, 7.865/17, 7.947/17, 8.108/17, 8.163/17, 8.264/17, 8.276/17 e 8.396/17.

APROVADO O RQU Nº 6.038/17, EM 08/03/17, PARA O PL 4.477/16, APENSADO.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

14

PROJETO DE LEI Nº 5.248 DE 2016
(DO SR. WEVERTON ROCHA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.248, de 2016, que **dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Ecocardiograma fetal em gestantes**. Pendente de parecer das Comissões: de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

Tendo apensados (2) os PLs nºs 5.713/16 e 6.659/16.

APROVADO O RQU Nº 6.027/17, EM 08/03/17.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

15

PROJETO DE LEI Nº 1.530-C, DE 2015
(DO SR. EFRAIM FILHO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.530-C, de 2015, que **dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao contrabando, e dá outras providências**; tendo parecer: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Jose Stédile); da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (Relator: Dep. Luiz Lauro Filho); e da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Arnaldo Faria de Sá). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 6.026/17, EM 14/03/17.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

16

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 337-A, DE 2017
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 337-A, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a **Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União**; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação com emendas (Relatora: Dep. Soraya Santos). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 5.911/17, EM 05/04/17.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

17

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 100-B, DE 2011
(DO SR. DOMINGOS SÁVIO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 100-B, de 2011, que altera o §1º do art. 2º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, que "Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971"; tendo parecer: da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do de nº 241/13, apensado (relator: Dep. Luiz Carlos Hauly); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas; do de nº 241/13, apensado, com emenda; e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação, com subemenda (relator: Dep. Osmar Serraglio). **(Possibilita que os municípios que tenham disponibilidade de caixa depositem os recursos nas cooperativas de crédito) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensado o PLP nº 241/13.

APROVADO O RQU Nº 6.015/17, EM 16/05/17.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

18

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76-B, DE 2007
(DO SR. JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 76-B, de 2007, que modifica o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007; tendo parecer: da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, pela aprovação deste, com emenda (Relator: Dep. Mauro Lopes); da Comissão de Finanças e Tributação, pela aprovação deste, dos de nºs 380/08, 403/08 e 475/09, apensados, e da Emenda da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, com substitutivo (Relator: Dep. Júlio César); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e dos de nºs 380/08, 403/08, 475/09, 119/15, 106/15 e 128/15, apensados, com emendas; da Emenda da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, com subemendas (Relator: Dep. Rodrigo Pacheco). **(Inclui municípios de Minas Gerais na área de abrangência da Sudene) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (7) os PLPs nºs 380/08, 403/08, 475/09, 106/15, 119/15, 128/15 e 389/17.

APROVADO O RQU Nº 4.009/16, EM 04/09/17.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

URGÊNCIA

(Art. 151, I, "j", do Regimento Interno)

Discussão

19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 105-C, DE 2015
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 105-C, de 2015, que **aprova o texto do Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, assinado em Madri, em 24 de julho de 2012**; tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (Relator: Dep. Jorge Solla); da Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária (Relator: Dep. Enio Verri); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relatora: Dep. Cristiane Brasil). **(NT 62 e NT 64)**

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 389-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 389-B, de 2016, que **aprova os textos das Emendas aos artigos 11 e 12 da Convenção que Estabelece a Agência Multilateral de Garantia para Investimentos (MIGA), adotadas pela Resolução nº 86, do Conselho de Governadores, em 30 de julho de 2010**; tendo parecer: da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, pela aprovação (Relator: Dep. Rogério Marinho); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Delegado Waldir). **(NT 62 e NT 64)**

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 424-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 424-B, de 2016, que **aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011**; tendo parecer: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Edinho Bez); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Osmar Serraglio). **(NT 62 e NT 64)**

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 486-A, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 486-A, de 2016, que **aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2015**; tendo parecer da Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Edmar Arruda); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Felipe Maia). **(NT 62 e NT 64)**

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 513-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 513-B, de 2016, que **aprova o texto do Protocolo, assinado em Brasília, em 20 de fevereiro de 2014, alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital, celebrada em Brasília, em 21 de agosto de 1980**; tendo parecer da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Eduardo Cury); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Chico Alencar). **(NT 62 e NT 64)**

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 528-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 528-B, de 2016, que **aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Partes dos Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 8 de fevereiro de 2013**; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Daniel Almeida); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Luiz Couto). **(NT 62 e NT 64)**

25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 561-A, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 561-A, de 2016, que **aprova o texto do Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda, assinado em Brasília, em 24 de abril de 2015**; tendo parecer: da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Hildo Rocha); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Luiz Fernando Faria). **(NT 62 e NT 64)**

26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 570-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 570-B, de 2016, que **aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália, assinado em Brasília, em 21 de abril de 2010**; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Gonzaga Patriota); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Rubens Pereira Júnior). **(NT 62 e NT 64)**

27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 571-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 571-B, de 2016, que **aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia, celebrado em Lusaca, em 08 de julho de 2010**; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela aprovação (Relator: Dep. Cabuçu Borges); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Marcos Rogério). **(NT 62 e NT 64)**

28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 572-A, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 572-A, de 2016, que **aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, celebrado em Brasília, em 15 de outubro de 2013**; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Luiz Fernando Faria). **(NT 62 e NT 64)**

29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 573-C, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 573-C, de 2016, que **aprova o texto do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, celebrado em Seul, em 12 de novembro de 2012**; tendo parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação (Relator: Dep. Alceu Moreira); da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação (Relator: Dep. Marcelo Matos); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Paulo Abi-Ackel). **(NT 62 e NT 64)**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 626-A, DE 2017
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 626-A, de 2017, que **aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos Referente à Cooperação no Campo da Defesa, assinado em Brasília, em 22 de abril de 2014**; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Silvio Torres). **(NT 62 e NT 64)**

PRIORIDADE

(Art. 151, II, do Regimento Interno)

Discussão

PROJETO DE LEI N.º 7.291-A, DE 2006
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.291-A, de 2006, **que dispõe sobre o registro dos circos perante o Poder Público Federal e o emprego de animais da fauna silvestre brasileira e exótica na atividade circense**; tendo pareceres: da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição dos de nºs 2.913/00, 2.936/00, 2.957/00, 2.965/00, 3.034/00, 3.040/00, 3.041/00, 3.389/00, 3.419/00, 4.450/01, 4.770/01, 5.752/01, 12/03, 6.445/05 e 2.875/00, apensados (Relator: dep. Jorge Pinheiro); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com subemenda substitutiva, e pela rejeição dos de nºs 2.875/00, 2.913/00, 2.936/00, 2.957/00, 2.965/00, 3.034/00, 3.040/00, 3.041/00, 3.389/00, 3.419/00, 4.450/01, 4.770/01, 5.752/01, 12/03, 6.445/05 e 933/07, apensados (Relator: Dep. Antônio Carlos Biffi); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com as alterações feitas pela Emenda Substitutiva da Comissão de Educação e Cultura, com subemenda, e, no mérito, pela rejeição dos de nºs 2.913/00, 2.936/00, 2.957/00, 3.040/00, 3.041/00, 3.389/00, 3.419/00, 4.450/01, 4.770/01, 5.752/01, 12/03, 6.445/05, 933/07 e 2.875/00, apensados; e pela inconstitucionalidade, injuridicidade e técnica legislativa dos de nºs 2.965/00 e 3.034/00, apensados (Relator: Dep. Ricardo Tripoli). **(T 62 e T 64)**

Tendo apensados (16) os Pls nºs: 2.875/00, 2.913/00, 2.936/00, 2.957/00, 3.040/00, 3.041/00, 3.389/00, 3.419/00, 4.450/01, 4.770/01, 5.752/01, 12/03, 6.445/05, 933/07, 1.466/11 e 1.565/11.

HÁ O RQU Nº 7.427/10, APRESENTADO.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 1.572-B, DE 2007
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.572-B, de 2007, que aumenta as penas privativas de liberdade cominadas para os crimes contra a incolumidade pública descritos nos arts. 250, 251, 260, 261, 262 e 265 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; tendo parecer: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do de nº 257/07, apensado (Relator: Dep. Pinto Itamaraty); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste; pela

constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do de n.ºs 257/07 e 4.218/08, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (Relator: Dep. Esperidião Amin). **(Aumenta as penas para crimes de incêndio, explosão, atentados contra serviços de transporte, perigo de desastre ferroviário, atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo, e atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública) (NT 62 e T 64).**

Tendo apensados (2) os PLs n.ºs 257/07 e 4.218/08.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

(Art. 202 c/c art. 191 do Regimento Interno)

Discussão

33

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 471-C, DE 2005
(DO SR. JOÃO CAMPOS E OUTROS)

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 471-B, de 2005, que dá nova redação ao parágrafo 3.º do artigo 236 da Constituição Federal. **(Estabelece a efetivação para os atuais responsáveis e substitutos pelos serviços notariais, investidos na forma da lei. PEC dos Cartórios) (NT 62 e NT 64)**

Votação

34

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 199-C, DE 2016
(DO SENADO FEDERAL)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 199-C, de 2016, que **altera o art. 31 da Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá ou de Roraima, inclusive suas prefeituras, na fase de instalação dessas unidades federadas**, e dá outras providências; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relatora: Dep. Laura Carneiro); e da Comissão Especial, pela admissibilidade das Emendas de n.ºs 1 a 12, apresentadas; e no mérito, pela aprovação desta, com emendas de redação, e pela rejeição das Emendas de n.ºs 1 a 12, apresentadas (Relatora: Dep. Maria Helena). **(NT 62 e NT 64)**

Discussão

35

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 70-C, DE 2011
(DO SENADO FEDERAL)

Continuação da discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 70-C, de 2011, que **altera o procedimento de apreciação das Medidas Provisórias pelo Congresso Nacional**; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. Ricardo Berzoini); e da Comissão Especial, pela aprovação desta, com substitutivo; e pela admissibilidade e, no mérito, pela rejeição das Emendas de n.ºs 1, 2 e 3/2013 (Relator: Dep. Walter Alves). **(NT 62 e NT 64)**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 504-A, DE 2010
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 504-A, de 2010, que altera o § 4.º do art. 225 da Constituição Federal, para **incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional**; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. Ricardo Tripoli); da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade das de n.ºs 115/95, 150/95, 60/99 e 131/99, com substitutivo (Relator: Dep. Antonio Carlos Biscaia); e da Comissão Especial, pela aprovação das de n.ºs 115/95, 150/95, 60/99, 131/99, 100/03, 131/03 e 188/03, com substitutivo (Relatora: Dep. Neyde Aparecida). **(NT 62 e NT 64)**

Tendo apensadas (7) as PECs n.ºs 115/95, 131/99, 150/95, 100/03, 131/03, 188/03 e 60/99.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 200-B, DE 2016
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º N.º 200-B, de 2016, que acrescenta § 1.º-A ao art. 156 da Constituição Federal **para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel**; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. João Campos); e da Comissão Especial, pela aprovação (Relator: Dep. Jorge Tadeu Mudalen). **(NT 62 e NT 64)**

ORDINÁRIA

(Art. 151, III, do Regimento Interno)

Discussão

PROJETO DE LEI N.º 1.681-F, DE 1999
(DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ)

Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei n.º 1.681-D, de 1999, **que regula o exercício da Profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências**, tendo pareceres: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (Relator: Dep. Antonio Brito); da Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Assis Melo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Luiz Carlos). **(T 62 e T 64)**

HÁ O RQU N.º 10.776/14, APRESENTADO.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

PROJETO DE LEI N.º 3.796-E, DE 2004
(DA SRA. LAURA CARNEIRO)

Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei n.º 3.796-C, de 2004, que **dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá outras providências correlatas**; tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação do Substitutivo do Senado, com exceção dos incisos II e III do § 2.º do art. 1.º (Relator: Dep. Osmar Terra); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado, com exceção do inciso II do § 2.º do art. 1.º por

inconstitucionalidade e do inciso III do § 2º do art. 1º por injuridicidade (Relatora: Dep. Sandra Rosado). **(T 62 e T 64)**

HÁ RQU Nº 6.745/17, APRESENTADO.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

40

PROJETO DE LEI Nº 843-G, DE 2007
(DO SR. DANIEL ALMEIDA)

Discussão, em turno único, das Emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 843-D, de 2007, que altera o art. 473 da **Consolidação das leis do trabalho - CLT**, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a **fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de Câncer**; tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (Relator: Dep. Eleuses Paiva); da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, pela aprovação da emenda nº 2 e pela incompetência da Comissão para analisar a emenda nº 1 (Relator: Dep. André Figueiredo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Luiz de Deus). **(T 62 e T 64)**

HÁ O RQU Nº 6.768/17, APRESENTADO.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

41

PROJETO DE LEI Nº 6.699-A, DE 2002
(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.699-A, de 2002, que modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição deste e pela aprovação do de nº 6.994/2002, apensado (Relator: Dep. Jovino Cândido); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do de nº 6.994/2002, apensado, com substitutivo (Relator: Dep. Luciano Zica). **(Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensado o PL nº 6.994/02.

HÁ O RQU Nº 6.460/17, APRESENTADO.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

42

PROJETO DE LEI N.º 1.202-B, DE 2007
(DO SR. CARLOS ZARATTINI)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.202-B, de 2007, que **disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências**; tendo parecer: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Milton Monti); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, com emendas, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do de nº 1961/2015, apensado, com Substitutivo (Relatora: Dep. Cristiane Brasil). **(T 62 e T 64)**

Tendo apensado o PL nº 1.961/15.

HÁ O RQU Nº 3.986/16, APRESENTADO.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

43

PROJETO DE LEI Nº 3.063-A, DE 2008
(DO SR. EDIO LOPES)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.063-A, de 2008, que altera a redação do art. 282, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; tendo parecer da Comissão

de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. João Campos). **(Agrava a pena para quem praticar e quem empregar alguém para o exercício ilegal da profissão de médico, dentista e farmacêutico; aumenta a pena em caso de crime praticado com fins de lucro, se for aplicado procedimento invasivo ou caso seja receitado, ministrado ou aplicado medicamentos de prescrição controlada). (NT 62 e T 64)**

HÁ O RQU Nº 6.361/17, APRESENTADO.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

44

PROJETO DE LEI N.º 3.487-C, DE 2012
(DO SR. JERÔNIMO GOERGEN)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.487-C, de 2012, que dispõe sobre a **comercialização, a estocagem e o trânsito de arroz, trigo, feijão, cebola, cevada e aveia e seus derivados importados de outros países, para consumo e comercialização interno**, e dá outras providências; tendo parecer: da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela rejeição (Relator: Dep: João Maia); da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação (Relator: Dep. Vitor Penido e Relator Substituto: Dep. Oziel Oliveira); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda (Relator: Dep. Alceu Moreira). **(T 62 e T 64)**

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

**21/09/2017
(QUINTA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 10 HORAS)**

HOMENAGEM À MAIOR RÁDIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – RÁDIO ITATIAIA

**21/09/2017
(QUINTA-FEIRA)**

**SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 14 HORAS)**

**22/09/2017
(SEXTA-FEIRA)**

**SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

**22/09/2017
(SEXTA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 15 HORAS)**

HOMENAGEM AO DIA NACIONAL DE LUTA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
